

VIOLÊNCIAS E INFÂNCIA: AS POLÍTICAS DE GOVERNO DO CORPO E O CUIDADO DE SI

SOUSA, Ana Maria Borges de – UFSC

LIMA, Patrícia de Moraes – UFRGS – IPPSEA

GT: Educação Popular / n.06

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Se a violência pode ser considerada como uma manifestação social antiga, portanto, como um fenômeno que transversaliza as relações humanas e suas diferentes culturas desde os primórdios das civilizações, a multidimensionalidade que reveste suas práticas indica que esta não perdeu a atualidade. Isso evidencia que a sua compreensão é complexa e que o exercício de conceitualização será sempre insuficiente, com argumentos inacabados, correlações conflituosas, desafiando-nos como pesquisadoras a lidar com as ambivalências e as ambigüidades que impregnam os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram a construção deste estudo. Nossa intenção, desse modo, é discutir algumas dimensões que pautam as violências contra a infância e situar os aspectos mais relevantes da pesquisa que nos ajudaram a pensar as violências como a principal categoria de análise, associadas às políticas de governo do corpo na infância e o cuidado de si.

Este artigo organiza-se a partir do nosso olhar implicado sobre a pesquisa que realizamos no decorrer de 2003 e 2004, junto a uma Rede de Atendimento às crianças vítimas de violências, através de algumas das suas unidades integrantes, as quais tornaram possível o acesso às fontes documentais, o diálogo com os educadores e as educadoras, o acompanhamento de visitas domiciliares, a participação nas reuniões organizadas pelos profissionais para estudo de casos de crianças vitimizadas pelas violências, as entrevistas semi-estruturadas, a observação etnográfica do campo em foco, os encontros temáticos para reflexões, a nossa intervenção nos cursos de formação organizados pelos setores.

A incursão pelos espaços da pesquisa nos permitiu acessar as informações junto a três unidades, entre aquelas que integram a Rede Regional de Atendimento, as quais são responsáveis pela implementação de políticas públicas de combate às violências contra a infância e a adolescência. Estas unidades fazem parte da rede federal de enfrentamento das violências infanto-juvenis e no estado, contam com o apoio institucional de hospitais, delegacias especializadas e conselhos tutelares, organismos que também contribuíram para ampliar a base de dados relativa à região pesquisada. Tomamos como referência os indicadores relativos aos anos de 2001 e 2002, a partir da

constatação de que a sistematização destes indicadores ainda carece de investimentos públicos para que possam integrar as prioridades das ações de enfrentamento das violências e, com isso, subsidiar a criação e efetivação de diretrizes consistentes para prevenção, apoio e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A organização de uma Base de Dados 2001/2002, a partir dos indicadores da nossa pesquisa se constituiu numa experiência piloto, que tem por intenção ampliar as parcerias para conquistar maior alcance regional e contar com o apoio financeiro das agências de fomentos para construir, em médio prazo, uma Base Estadual de Indicadores sobre as violências contra infância e que possa subsidiar a instalação de outras políticas públicas, capazes de proteger com maior eficácia a infância, bem como, compartilhar/contribuir com as organizações nacionais e latino-americanas no enfrentamento das violências.

A complexidade pertinente à temática, seus aspectos histórico-sócio-culturais e políticos revelaram que não é possível efetivar qualquer programa de enfrentamento sem a presença ativa da sociedade civil organizada, especialmente no campo popular onde a incidência de manifestações parecem ganhar maior visibilidade. Do mesmo modo, sem que haja crescente investimento de recursos financeiros e qualificação dos profissionais que atuam nesse campo, a implementação das políticas públicas continuará limitada, fortalecendo a burocracia que dificulta, entre outras coisas, o acesso às informações registradas pelos diversos organismos integrantes da Rede.

Aproximações etnográficas

A escolha de uma abordagem etnográfica, de um olhar qualitativo para construir nossa compreensão sobre a temática considerou o enredamento das relações, os distintos significados atrelados às violências e a infância, a arquiteturas das concepções que norteiam as práticas de atendimento nestas unidades, os diferentes saberes que orientam os olhares dos profissionais, entre os quais destacamos, o discurso jurídico-normativo, o médico-patológico e o pedagógico-assistencialista. Considerou ainda, os saberes que orientam as condutas dos familiares na autojustificação das violências e na vitimização das crianças.

Nesse sentido, nossas ações de pesquisa elegeram *contestar as metanarrativas que prometem descrever e explicar 'a' realidade em uma perspectiva totalizante; tencionar as relações usuais que se estabelecem entre saber, poder e verdade* (Meyer&

Soares, 2004: 02). Queremos explicitar com isso, que esta é uma pesquisa interessada, já que a mesma se inscreve num contexto de questionamentos, que foram produzidos por nós e endereçadas a um cenário contemporâneo de acirramento das violências contra a infância. Isso não significa que, como pesquisadoras, estivemos isentas de vários outros questionamentos que emergiram da relação entre observadoras e observados (Maturana, 1997), o que aponta que, em qualquer espaço de pesquisa há um movimento constitutivo que transforma os possíveis pontos de chegada, em possíveis novos pontos de partida.

Pela escolha desta abordagem, tomamos o cuidado de organizar o texto com as informações que consideramos de domínio público, resguardando aquelas que nos foram confiadas a partir do estabelecimento do vínculo afetivo, isto é, da confiança entre pesquisadoras e sujeitos envolvidos. Com isso, compreendemos que a pesquisa sobre temas como os das violências, encontram espaços para suas manifestações, revelam que estes são *problemas culturais porque têm a ver com os mundos que construímos na convivência* (Maturana, 1997: 208). Nesse sentido, aquilo que conhecemos nos processos relacionais de escuta, nas trocas dialógicas, nas fontes disponibilizadas pelas unidades pesquisadas, foi precedido de um compromisso ético: o de não utilizar certas informações que pudessem comprometer a identidade das vítimas, ou gerar espetacularização sobre a dor do outro.

É importante salientar que a investigação centrada nos aspectos qualitativos, sem exclusão dos indicadores quantitativos permitiu às pesquisadoras valorizar as diversas linguagens que se apresentaram nas relações produzidas entre os sujeitos, tais como: os gestos, as conversas informais, os rituais, a hora do lanche, as expressões evidenciadas pelo movimento do corpo, os jogos de cumplicidade no compartilhar das experiências, os adereços que compunham a estética dos ambientes onde nossos encontros ganhavam sentidos. Como uma abordagem que pode ser denominada de *pesquisa etnográfica*, Charlot (1992: 73-4) ressalta que esta apresenta dados *não sistemáticos e abertos, susceptíveis de serem enriquecidos pelo próprio processo de observação (...)*. E foi no campo empírico que experimentamos essa possibilidade, quando nos deparamos com a ‘insuficiência’ que marca a sistematização dos indicadores das instituições pesquisadas, responsáveis pela instauração e acompanhamento de crianças e adolescentes acometidos pelas violências. Isso nos desafiou a construir novas categorias de análise e a complementar os dados coletados com outros ali observados.

A partir da leitura de Geertz (1997), respaldadas em nossos diários de campo, nos sentimos estimuladas a incrementar novas categorias na pesquisa, com a autoria de quem realiza uma descrição etnográfica, estamos sempre exercendo o lugar de quem descreve e não daquele que é descrito. Outra questão importante demarcar, quando falamos de uma etnografia é o desafio permanente de não ambicionar que esta descrição seja exatamente aquilo que vemos, saber que sempre escrevemos a partir de um lugar. Foi esse procedimento que orientou nossos olhares e nossas presenças no campo empírico, que contribuiu para gerar múltiplas ponderações sobre o cenário da investigação, considerando-o como um ambiente em movimento, plural nas interações.

Ao privilegiar o campo etnográfico assumimos as implicações do tema investigado e a necessidade de ampliar a compreensão das linguagens que modulam as relações humanas do grupo em questão. Isso permitiu às pesquisadoras colocar em questão os diferentes discursos que engendram as práticas das violências na infância, procurando problematizar conceitos, de certa forma estáveis, em nossa cultura como infância, corpo, sexualidade, procurando ter como chave para este movimento de teorização às relações entre poder e verdade.

Desse modo, ao problematizarmos formas convencionais de se pensar a infância, a sexualidade, as violências, produzimos um modo de pensar e fazer a pesquisa que nos permite não apenas responder, mas sobretudo elaborar outras tantas perguntas sobre esses mesmos temas, abrindo com isso, outras possibilidades de análise.

O diário de campo foi o instrumento principal de nossos registros, com as sínteses das observações. O enredamento que contém o fenômeno das violências requer uma abordagem metodológica que leve em conta as singularidades constitutivas do cenário em investigação. O ponto de partida desta compreensão é o intercâmbio entre os pesquisadores e seus objetos de estudo, *nativos em carne e osso*. É de certa forma, o arquétipo do qualitativo. Com sua ênfase no cotidiano e no subjetivo, constitui-se numa alternativa ao alcance de muitos interessados nesse campo, inteligível para combater os males da quantificação, sem, contudo, negá-los. O “método etnográfico”, além de ser um instrumento importante para a compreensão intelectual de nosso mundo, também pode ter uma utilidade prática enquanto ato de comunicação, de diálogo, e – eventualmente – de orientação.

Considerando a construção da ciência como um acontecimento social por excelência, a opção por uma abordagem qualitativa se deve à nossa confiança de que a pesquisa traz consigo uma carga de valores, sugere preferências e interesses, rege-se por

princípios teórico-metodológicos, mesmo assim, cumpre o rigor necessário para se apresentar como conhecimento. Afinal, nenhum pesquisador ou pesquisadora recebe os dados prontos, ao contrário, parte de um processo inicial de interrogações e dúvidas, com base nas informações de que já dispõe acerca do tema, para então, delinear um percurso de aprofundamento, sem perder de vista que o ‘contexto’ é sempre mais rico do que as explicações que efetivamos sobre ele.

Todo esse processo exigiu das pesquisadoras um contato direto e prolongado com o campo empírico, conferindo prioridade a uma coleta descritiva de informações e dos encontros com os sujeitos. A autorização dos dirigentes para o acesso às informações e permanência nos horários acordados, embora difícil em muitos momentos, foi de vital importância para a produção dos dados dessa pesquisa. Esse aspecto reafirmou a nossa decisão de restringir a pesquisa ao período de 2001 a 2002.

Nossas reflexões tiveram como principais interlocutores alguns pensadores que podemos situar no âmbito da teoria da complexidade, como Edgar Morin, Humberto Maturana, Luis Carlos Restrepo, Pablo Navarro, Alex Galeno, Assmann, por exemplo. Contribuições como as de Michel Maffesoli e Michel Foucault foram também importantes para formulação dos conceitos de violência e poder, o que foi ampliado pela compreensão político-filosófica de Hannah Arendt. No campo mais específico, autores como Maria Clara Lucchetti, Roberto dos Santos, Alba Zaluar, Sérgio Adorno, Walter Kohan, Guacira Lopes Louro, Dagmar Meyer, Malvina Dorneles, entre outros, colaboraram para a problematização das relações onde as violências se fazem protagonistas.

As violências e a gestão do cuidado

Durante todo o período de incursão pelos setores selecionados, assumimos o compromisso de realizar a pesquisa de modo participativo, assegurando um permanente diálogo entre a equipe pesquisadora e os integrantes das unidades pesquisadas, responsáveis pela gestão do cuidado no atendimento das crianças violentadas. Organizamos encontros de discussão, reflexões teóricas, seminários propositivos, vivências que possibilitaram ao grupo expressar suas significações no lidar com esse fenômeno. Não obstante, tivemos o cuidado de formular a nossa compreensão considerando que os espaços de relações, de intersubjetividades são complexos, e ainda, de contemplar os diversos aspectos impulsionadores dos contextos de violências.

Para nós, a gestão do cuidado se materializa pela qualidade das relações que são tecidas entre os sujeitos imersos num dado contexto, abraçados por circunstâncias análogas. Nestas relações, há espaços para a manifestação da corporeidade sentida, tanto em suas necessidades imediatas, quanto em suas aspirações imaginárias. Há lugares para o experimentar mútuo do reconhecimento da legitimidade do outro, na convivência (Maturana, 1997). A gestão tem sentido de política pública que não se pauta pelo estado de exceção, isto é, da falta, mas do direito, porque não opera na lógica do *dever-ser* (Maffesoli, 1996), já que esta busca despossuir o sujeito de seu reconhecimento como legítimos ser-no-mundo. A gestão do cuidado, um atributo das instituições, é uma política de afetos, que torna viável os corpos: o da infância e da adolescência pobres, marginalizados, das suas sexualidades; que se organizam pelo entrelaçamento das suas legitimidades, com recusas explícitas das diferenças e singularidades. Nesse sentido, o cuidado se expressa no movimento de congruência entre corporeidade e cognoscibilidade, que só acontece num espaço de potencialização da vida: no *nicho vital* (Assmann, 1999).

Nossa compreensão da gestão do cuidado refuta aquele olhar que *fica muito atento à 'linha' das pequenas 'obras' sociais no que ela tem de duro, de definido, de desenho preciso e esquece-se, muitas vezes, a 'cor', muito mais difusa, suave, indefinida, mas que conota um ambiente cujos efeitos não se acabaram de medir* (Maffesoli, 1996:59). A gestão do cuidado é entendida numa perspectiva transdisciplinar, ecológica, ética e estética que potencializam a vida como sacralidade vivida. A ética dessa gestão do cuidado, por sua vez, se configura como estética da existência, por isso, rejeita qualquer conduta de humilhação, qualquer justificativa para a indiferença a dor do outro, qualquer forma de abandono daqueles e daquelas que não podem caminhar pela vida sozinhos, qualquer conduta jocosa no momento da escuta, qualquer prática de homogeneização das diferenças, qualquer adjetivação para anular as singularidades, qualquer mecanismo de silenciamento das divergências, qualquer movimento que se refira ao outro como objeto.

Essa concepção de gestão do cuidado pressupõe que a sua efetivação se orienta pelo respeito às especificidades inerentes aos organismos vivos, tais como o ritmo, o ímpeto, as emoções e sentimentos endógenos, a corporalidade cognoscente. Reconhece, portanto, que são as instituições o lugar social do cuidado, porque são criadas para assegurar a cada criatura humana integridade do seu desenvolvimento. Quando fazemos

referência à gestão do cuidado institucional com a infância, por exemplo, afirmamos que a sua materialização se dá pelo reconhecimento teórico-prático, na convivência, da legitimidade das crianças, especialmente aquelas que são adulteradas pelos contextos de violências. Que a compreensão das violências que afetam à infância, requer um olhar complexo, com abertura para que possa ir além das tradicionais explicações binárias, que as situam numa atmosfera de causa e efeito. Que as ações de enfrentamento destas violências exigem a desconstrução das concepções patriarcais, adultocêntricas, machistas e que se revelam nos encaminhamentos destinados ao atendimento, mais particularmente quando estes são realizados pelas profissionais do sexo feminino. Que há uma emergência na superação dos discursos jurídico-normativos, os quais oportunizam a produção de outras violências, tais como: prontuários não atendidos, filas de espera para julgar a gravidade das violências sofridas, a intimidação de profissionais, os interesses político-partidários que insuflam a descontinuidade das ações planejadas, entre outras.

Quando não é a gestão do cuidado no atendimento às crianças violentadas que institui a prioridades das ações, aí também se instalam os lugares para que outras formas de violências se manifestem nas relações. Para nós, só é possível falar de violências, por seu caráter multidimensional, pela diversidade de suas manifestações, pela sua constituição fluida que permite o esconder e o mostrar de um mesmo movimento, pelo simbólico que elas evocam, pelo jogo de cumplicidades ambivalentes que instalam para que sejam concretizadas. Dessa forma, concebemos as violências como todo e qualquer processo interrelacional, em que alguém é submetido ao domínio de um outro e, por essa razão, sujeito à condição de objeto.

Em geral, quando se nomeia a violência, são recorrentes as apreciações que a afirmam como um acontecimento que parece só envolver a pobreza, porque é a pobreza que se desvela nos bolsões de miséria, é nela que se manifesta o processo de degradação das relações humanas, é com os pobres que dialoga o narcotráfico, instituindo as políticas de convivências e suprimindo aquelas que deveriam ser cumpridas pelo Estado. Embora esses aspectos devam ser considerados numa análise que considere a multidimensionalidade das violências, seus contornos e seus centros são plurais. Assim, uma única manifestação sua é impregnada de inúmeras nuances que lhe dão visibilidade. No estupro de uma criança, além da dor e da violação de sua integridade, outros adereços adornam as cenas que, embora repetitivas, são sempre singulares pelos

sofrimentos que desencadeiam. Há o/a agressor(a), a vítima, a história de ambos, a vulnerabilidade da criança, a permissividade do ambiente, o desejo e o poder de um, a recusa possível do outro, as imagens, os gestos, as práticas, por exemplo.

A pesquisa evidenciou que nas instituições, criadas para proteger as crianças e os adolescentes dos processos de violências, os discursos *jurídico-normativos* têm prioridade sobre o sofrimento humano das *vítimas*. Impregnados dessas concepções e da cultura do ordenamento processual, as justificativas para a insuficiência das políticas de atenção à infância violentada pouco avançaram: não há recursos, a lei determina o limite de gastos com pessoal, não é possível atender todas as demandas, é preciso seguir todos os trâmites burocráticos, que é preciso compreender a dinâmica dos poderes, num rosário repetitivo de lamentações e descasos. Enquanto os poderes se encurralam nas lógicas que orienta, o agir político, as crianças permanecem vulneráveis às ações adultocêntricas dos seus agressores.

Para Arendt (1994:41- 4), a violência tem caráter instrumental, e como qualquer meio (...) ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada. Mesmo que se possam justificar as violências, em qualquer de suas manifestações ela jamais será legítima.

Há uma outra modalidade de discurso que transversaliza as ações institucionais de atendimento às crianças violentadas: o *médico-patológico*, que atribui as práticas de violências à delinqüência inata, ao desequilíbrio psíquico do agressor para justificar que este é um sujeito fadado à condição de monstro, portanto, o atendimento adequado às famílias em situações de violências requer a punição também violenta do mesmo, sem espaços para as políticas que possam também se voltar para este outro. Esse discurso comumente imputa ao agressor a sua própria constituição como sujeito, sem levar em conta os artefatos culturais que forjaram seu modo de ser-no-mundo, as relações sociais que mediaram sua identidade, suas dimensões simbólicas e diabólicas (Morin, 2002), pelo menos. É como se não reconhecesse que cada ser humano traz consigo a história de toda a humanidade e, por conseguinte, do mundo por ela construído e habitado.

O discurso *médico-patológico* reduz e empobrece a condição humana do(a) agressor(a) e seus encaminhamentos estão voltados para a culpabilização pura e simples, eximindo o Estado de conceber e efetivar políticas públicas que possam resgatar a sua humanidade degradada. Não se trata de eximir o sujeito de sua responsabilidade, mas a história tem ilustrado como as violências produzem ciclos

contínuos de outras violências. Conforme Morin (2002: 17), *o termo 'humano' é rico, contraditório, ambivalente; de fato, é demasiado complexo para os espíritos formados no culto das idéias claras e distintas*. Para uma abrangência complexa da nossa condição humana é indispensável integrar, reflexiva e criticamente, os diversos saberes que nos constituem, religando-os para explicá-los e assim, agregar ao suposto *sujeito violentador* o contíguo da sua humanidade.

Ainda no que diz respeito ao discurso médico-patológico percebemos uma notória influência desse campo do saber nos olhares dos profissionais que atuam diretamente no atendimento e acompanhamento dos casos que chegam ao programa, na classificação das violências, na tipologia dos supostos agressores, no olhar sobre a infância marcado pelo lugar da falta, da não autoridade, do *não-lugar*.

Quanto ao discurso *pedagógico-assistencialista*, a principal dificuldade revelada nas práticas de atendimento às crianças violentadas é atravessar do instituído para o instituinte, para criar mecanismos gerativos de novas possibilidades. Se nos é dado conhecer as experiências humanas a partir delas mesmas, abordar as violências situadas em suas circunstâncias demanda ampliar os olhares para que neles possam estar presentes, a *com-paixão*, a curiosidade para identificar os detalhes escondidos no movimento dos fatos visíveis, a dimensão política e cultural que invade o âmbito da intimidade das relações interpessoais, identificar os adereços que corroboram as lógicas dos acontecimentos.

Não é suficiente assistir as crianças violentadas através dos procedimentos instituídos - acolher a denúncia, abrir o processo, encaminhar às autoridades competentes os casos considerados mais urgentes, deixar na fila de espera aqueles nomeados como não graves, efetivar as visitas familiares de acordo com a agenda previamente ordenada, entregar as cestas básicas para os mais empobrecidos – e pedagogizar as explicações para que estes procedimentos se limitem às normas estabelecidas nas unidades de atendimento. Nas práticas das violências há um movimento de ordem e desordem que recusa qualquer binarismo para vincular causas imediatas a efeitos reducionistas, ou seja, essas práticas são atravessadas por fricções que fagocitam qualquer argumento que se pretenda totalizador, à medida que incorporam valores, geram repulsas e atrações, alimentam interesses, retiram direitos, evocam resistências, produzem silenciamentos, jogam com a cumplicidade, apostam na sedução, submetem e dominam. Teoricamente, o que podemos é contextualizar, dado que é impossível criar explicações finitas.

As violências, todas elas, são marcadas por relações de domínio, por isso, em qualquer das suas circunstâncias provocam também a desorganização emocional das crianças, porque afetam o seu desenvolvimento e produzem sentimentos confusos quanto à sua compreensão. Para Maturana (1997), o ser e o fazer da criança são inseparáveis, à medida que seu desenvolvimento é expressão de sua unidade como organismo vivo e autopoietico. O discurso *pedagógico-assistencialista*, desse modo, rejeita a deontologia (Maffesoli, 1998: 18) isto é, o reconhecimento de que, cada situação de violência traz consigo as ambivalências que a compõe, a sombra e a luz entremeadas nos detalhes, o corpo e o espírito interpenetrados numa organicidade inesgotável. É preciso, pois, uma razão sensível, mais do que uma racionalização apriorística que se limite aos julgamentos.

É notório o crescimento das violências que tem condenado as crianças a um processo assustador de adulteração da sua infância, submetendo-as às formas mais perversas de sujeição a certos propósitos adultocráticos que violentam sua identidade corpórea e ultrajam sua inocência. As agressões, os espancamentos, a exploração e os abusos sexuais, os abandonos, têm se apresentado como um modo peculiar e cada vez mais visível de relação entre o adulto, responsável por seu desenvolvimento integrado, e a criança, promessa retórica de futuro da nação.

Por outro lado, a pesquisa mostrou como as políticas públicas de atendimento e proteção à infância não abarcam a demanda e não correspondem às necessidades regionais do estado e também do país. Do mesmo modo, o sistema judiciário, aprisionado pela anacrônica burocracia de suas estruturas, não consegue implementar uma política ágil e congruente com as circunstâncias desses tipos de violências, capaz de punir o agressor, promover sua reeducação social e, simultaneamente, proporcionar à vítima o cuidado necessário ao seu amparo e à restauração de sua integridade humana violentada. Essa negligência instituída reforça os contextos de vulnerabilidade infantil, facilita as ações dos agressores e reproduz, num ciclo vicioso e recorrente, as probabilidades de uma sociedade violenta onde o agredido se torna, na vida adulta, um agressor em potencial. Eis porque os discursos normativo-jurídico, médico-patológico e pedagógico-assistencialista carecem de uma transfiguração teórico-prática que lhes permitam dialogar com as contraposições dos contextos com os quais lidam cotidianamente.

Infância , políticas de governo do corpo e o cuidado de si

Nesse esforço em compreender as violências contra infância a partir das condições de possibilidades que marcam uma leitura, um olhar, enfim, que apontam para um campo de análise específica é que nos preocupamos em assinalar, ainda que brevemente, algumas outras questões, que ao nosso ver, precisam ser aqui faladas.

Em seus últimos escritos, Foucault traça a anatomia das subjetividades nas sociedades modernas, preocupa-se declaradamente como o *sujeito* e as verdades. No âmbito da relação entre *sujeito* e *verdade* vale destacar as estratégias reguladoras, os modos de endereçamento, as relações de poder que permitem produzir um sujeito, uma criança, um jovem.... Os jogos de verdade praticados sobre o *dever-ser* inscrevem marcas, corpos, jeitos e nos provocam a perguntar não mais *o que somos*, mas sobre *como chegamos a ser aquilo que somos*.(Foucault,1995)

Essa questão nos serve como uma chave operatória para pensarmos a pesquisa em educação, nos fornece pistas para percorrermos caminhos investigativos que confrontem diretamente com os diferentes discursos que regulam os modos de subjetivação contemporânea, entre estes, podemos citar, o discurso pedagógico, o jurídico, o sociológico, o médico, entre tantos outros que normatizam, que nomeiam, que instituem esse ser criança e com isso, todo o entendimento das práticas que nela se inscrevem.

No que diz respeito às instituições contemporâneas preocupadas com o exercício e a garantia de um projeto formativo, educativo, podemos perceber como se dão esses jogos de regulação dos corpos, a intencionalidade crescente pela formação das subjetividades e nessa direção vale aqui ressaltar a pesquisa realizada por Kohan (2004), para ancorar nossa análise sobre o que Foucault denomina *poder pastoral* e sua correlação com a Educação

Na pesquisa etimológica apresentada por Kohan (2004) a palavra pastor em grego se diz *poimén* e, no latim, *pastor*. Ambas as palavras possuem o mesmo radical temático indo-europeu que tem a forma *pa/po* no grego e *pa/pu* no latim, com o significado básico de ‘alimentar’ ou ‘alimentar-se’, às quais estão ligadas palavras como *país* em grego e *puer* em latim, as duas com o significado de “criança”. O pastor é, portanto, quem alimenta, ‘aquele que leva de comer’. Compartilha este radical temático *paidéia*(produto do alimento, educação), de modo que, na etimologia, pastor, infância e educação tem uma mesma origem.

O poder pastoral, há séculos esteve associado à instituição religiosa, como uma forma de poder de sacrifício pela vida e pela salvação, uma forma de poder que explora as almas, cuida não só da comunidade como rebanho, mas de cada indivíduo. A idéia salvacionista, missioneira do pastor, assim como a prática de condução do rebanho, nos traz nesta tecnologia de poder, instrumentos que adaptados ao Estado Moderno passam a operar como modos de regulação da vida dos indivíduos.

Esta forma de poder, segundo Foucault alarga-se para todo corpo social, passa a direcionar sua força aos objetivos mundanos, encontrando apoio numa série de instituições. Entre essas, podemos citar esse programas de atendimento às crianças vítimas de violências, que no intuito de praticar políticas de reintegração emocional, psíquica , social , jurídica , entre outras, deixam de praticar isso que estamos denominando de um olhar ético-estético-afetivo na gestão desse cuidado. Há a necessidade de uma ética que inaugure uma estética e que possa desenhar-se como um *cuidado de si*, que só pode ser de si porque antes foi do outro.

Nessa direção é que empregamos uma análise, uma perspectiva que parece mais abrir questões, pontos de continuidade, do que nos oferecer pontos de chegada. Transversalizamos nossas possibilidades de olhar as violências, a infância e de certa forma, nos encorajamos aqui a continuar , percorrer , caminhos investigativos que nos permitam desinstalar nossas certezas e nos lançar à zona do impensável.

Referências Bibliográficas:

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CHARLOT, Bernard. “A etnografia da escola”. In: **Em Aberto**. Brasília: INEP, ano 11, n. 53, jan./mar (73-78), 1992.

FOUCAULT, O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan: 1997.

KOHAN, Walter O. **Infância . Entre Educação e Filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. Tradução de Bertha Halpern Gurovitz.

_____. **A violência totalitária: ensaio de antropologia política**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1981. Tradução Zahar Editores S. A.

_____. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Tradução de Albert Christophe M. Stuckenbruck.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1997. Tradução e organização de Cristina Magro (et. al.).

_____. **Formação humana e capacitação**. 3. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Tradução de Jaime A. Clasen.

MEYER, Dagmar E.E.& SOARES, Rosângela de F. **Modos de ver e movimentar-se pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em educação: o que podemos aprender com e a partir de um filme**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade, a identidade humana**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2002. Tradução de Juremir Machado da Silva.